



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 24/2020**

**ARP nº. 24/2020**

**PROCESSO nº. 0000813-67.2020.6.22.8000**

**Pregão Eletrônico nº. 20/2020**

A **UNIÃO**, através do **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**, inscrito no CNPJ sob o nº 04.565.735/0001-13, com sede à Avenida Presidente Dutra, nº. 1889, Baixa União, CEP: 76.805-859, Município de Porto Velho, Estado de Rondônia, por intermédio de sua Diretora Geral, senhora **LIA MARIA ARAÚJO LOPES**, brasileira, portadora da Cédula de Identidade RG nº. 294.893-SSP/RO e, CPF nº. 475.106.849-00, doravante denominado simplesmente **ÓRGÃO GERENCIADOR, RESOLVE**, nos termos da Lei 8.666/1993 e do Decreto 7.892/2013, em face das propostas apresentadas no Pregão Eletrônico supramencionado, **REGISTRAR O PREÇO DOS PRODUTOS ABAIXO DISCRIMINADOS**, conforme descrito no Anexo I do Edital de Pregão respectivo, da licitante **LICERI COMÉRCIO DE PRODUTOS EM GERAL LTDA**, inscrita no CNPJ sob o nº. 26.950.671/0001-07, com sede a Rua Peru, nº. 80. Sala 02. Centro. Taquaruçu do Sul/RS. CEP 98.410-000. Telefone(s): (55) 3739-1043 e E-mail(s): [liceri@liceri.com.br](mailto:liceri@liceri.com.br), neste ato representada por **MARCELO AUGUSTO CADONÁ**, brasileiro, portador da Cédula de Identidade RG nº. 1108065903 SSP/PC RS e CPF nº. 036.247.510-50, doravante denominada simplesmente **ADJUDICATÁRIA**.

**1.1.** Ficam registrados para os itens abaixo especificados os seguintes preços:

<i>Item da ARP</i>	<i>Descrição</i>	<i>Unid</i>	<i>Quant.</i>	<i>Valor Unit R\$</i>	<i>Valor Total R\$</i>
01	<b>Item 01 do Edital.</b> Chave Philips 3/16 x 3'' (polegadas), fabricado em aço cromo vanádio, cabo polipropileno, ponta magnetizada/imantada. Marca: Tramontina.	Unid.	1000	6,49	6.490,00



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Valor total da ARP	<b>6.490,00</b>
--------------------	-----------------

**1.2.** No Anexo I do instrumento convocatório são apresentados os quantitativos estimados de aquisição, os quais serão adquiridos de acordo com a necessidade e conveniência do TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA, mediante a expedição de Notas de Empenho de Despesa.

**1.3.** As quantidades dos materiais que vierem a serem adquiridas serão definidas nas respectivas Notas de Empenho.

**1.4.** O prazo de entrega dos materiais é de, no máximo, 30 (*trinta*) dias, a contar da data do recebimento da Nota de Empenho.

**1.5.** Os materiais deverão serem entregues em dias úteis, no horário de 8h às 18h, no Depósito da Seção de Almoxarifado – SEALM, sito à Av. Presidente Dutra, n. 1889, Bairro Baixa da União – Porto Velho/RO - CEP: 76.805-859. O fornecedor poderá se informar com mais detalhes para efetuar a entrega pelos telefones da SEALM: (69) 3211-2092/ 2051/ 2000.

**1.6.** A existência de preços registrados não obriga a Administração a contratar, sendo facultada a realização de licitação específica - ou por outros meios previstos na legislação de licitações -, para a aquisição pretendida, assegurado ao detentor do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

**1.7.** A presente Ata de Registro de Preços tem prazo de vigência de 12 (doze) meses, a contar de sua publicação no órgão oficial da Administração, não podendo ser prorrogada.

**1.8.** No TRE-RO, a Gestão A Gestão e Fiscalização do contrato serão realizadas pelo titular da Seção de Almoxarifado, ou por quem suas vezes fizer. Cabe-lhes, nessa condição, as atribuições previstas na Instrução Normativa TRE-RO nº 04/2008.

**1.9.** Não houve Adesão ao Cadastro Reserva desta Ata de Registro de Preços.

E, por estarem assim acordados, lavrou-se o presente instrumento, que após lido e achado conforme foi assinado pelas partes por meio do Sistema Eletrônico de Informação – SEI do TRE-RO, e pelas testemunhas abaixo.

Porto Velho-RO, 17 de junho de 2020.

<b>LIA MARIA ARAÚJO LOPES</b> Pelo TRE-RO Órgão Gerenciador	<b>MARCELO AUGUSTO CADONÁ</b> Pela Adjudicatária Fornecedor
--	--



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

*Rudma Rosa Oliveira Costa*

CPF: 629.311.562-72

Testemunha

*Roberto Cavalcanti*

CPF: 255.812.874-49

Testemunha



Documento assinado eletronicamente por **LIA MARIA ARAÚJO LOPES, Diretora Geral**, em 17/06/2020, às 14:49, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **MARCELO AUGUSTO CADONÁ, Usuário Externo**, em 18/06/2020, às 10:38, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **CARLOS ROBERTO CAVALCANTI DA SILVA, Técnico Judiciário**, em 18/06/2020, às 13:03, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **RUDMA ROSA OLIVEIRA COSTA, Técnico Judiciário**, em 18/06/2020, às 17:03, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

PROCESSO: 0000813-67.2020.6.22.8000

INTERESSADO: TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDONIA - TRE-RO

ASSUNTO: Análise final de processo licitatório – Pregão Eletrônico nº 20/2020 – Formação de Ata de Registro de Preço - Aquisição de materiais de consumo – Análise.

**PARECER JURÍDICO Nº 115 / 2020 - PRES/DG/AJDG**

**I – DO RELATÓRIO**



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**01.** Trata-se de processo administrativo instaurado pela Seção de Almoxarifado - SEALM, com o objetivo de efetuar eventual aquisição de **MATERIAIS DIVERSOS**, via Sistema de Registro de Preços, para suprir as necessidades ordinárias e eleitorais do estoque da Seção de Almoxarifado deste Tribunal ([0512064](#)).

**02.** Após regular tramitação, juntou-se aos autos a minuta do Edital do Pregão Eletrônico e seus Anexos ([0533001](#)), a qual logrou aprovação desta unidade, por meio do Parecer Jurídico nº 86/2020 - PRES/DG/AJDG ([0533546](#)), convertendo-se no Edital de Pregão Eletrônico nº 20/2020 ([0534170](#)).

**03.** O documento comprobatório da divulgação do instrumento convocatório foi juntado no evento [0536133](#), bem como o aviso de licitação ([0534173](#)).

**04.** Não houve pedido de esclarecimento nem impugnação do Edital.

**05.** O pregoeiro solicitou a manifestação da unidade demandante SEALM em relação a aceitabilidade das propostas dos itens 1, 3 e 4 ([0540661](#), [0540697](#), [0541706](#) e [0542584](#)). As respostas às solicitações vieram aos autos pelos eventos [0540684](#), [0540720](#), [0541910](#) e [0542611](#), respectivamente.

**06.** Na sequência, vieram aos autos os seguintes documentos extraídos do certame:

a) proposta inicial da licitantes **LICERI Comércio de Produtos em Geral Ltda., SHIGEMOTO & CIA LTDA – EPP e, RPF COMERCIAL EIRELI** ([0541703](#), [0541704](#) e [0541705](#));

b) documentos de habilitação das empresas **LICERI Comércio de Produtos em Geral Ltda. – CNPJ n. 26.950.671/0001-07, SHIGEMOTO & CIA LTDA – EPP – CNPJ n. 28.787.127/0001-11** ([0544466](#) e [0544465](#)).

c) relatório de propostas referente aos itens do pregão eletrônico ([0544489](#));

**07.** Na continuidade o Pregoeiro trouxe aos autos a Ata do certame ([0544538](#)), Resultado por Fornecedor ([0544541](#)), Termo de Adjudicação ([0544539](#)), Resultado de Licitação ([0544533](#)) e a publicação do resultado do certame ([0541282](#)).



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**08.** Por fim, em seu relatório ([0544918](#)), o Pregoeiro relata as principais ocorrências da competição.

**09.** Assim, vieram os autos para análise desta Assessoria Jurídica ([0544961](#)). **É o necessário relato.**

## **II – DA ANÁLISE DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 20/2020**

**10.** Desencadeada a fase externa da competição, nota-se a observância do art. 4º, inc. V, da Lei nº 10.520/2002 c/c art. 25 do Decreto Federal nº 10.024/19, dando-se a devida divulgação do aviso de licitação, com observância do prazo mínimo de 08 (oito) dias úteis da publicação para o recebimento das propostas, em atendimento ao disposto no citado decreto.

**11.** Na publicação do aviso ([0534173](#)) consta a definição do objeto e a indicação do local, dias e horários em que poderá ser obtida a íntegra do Edital e o endereço eletrônico onde ocorrerá a sessão pública, com a data e hora de sua realização, em observância ao art. 4º, inc. II, da Lei nº 10.520/2002.

**12.** Destarte, passa-se à análise do procedimento propriamente dito, tomando-se os elementos constantes dos autos e as ocorrências contidas no relatório do Pregoeiro:

**a) pedido de esclarecimentos e impugnação ao Edital – Não houve;**

**b) desclassificação da proposta de forma sumária – item 6.2 do edital:** Não houve;

**c) lances:** Os lances estão registrados em demonstrativos do sistema COMPRASNET ([0544489](#)) e na Ata do certame ([0544538](#)). Não houve recusa de lances;

**d) fase de negociação/aceitação:** Todas as ocorrências foram registradas no quadro constante do item 5.3 do Relatório nº 40/2020 – PRES/DG/SAOFC/COMAP/SLC ([0544918](#)). Desse modo, as justificativas demonstram que o Pregoeiro, acertadamente, aplicou de forma objetiva os critérios de aceitação de propostas estabelecidos no instrumento convocatório;

**e) cancelados na aceitação:** Sim. Os itens 02 e 04 restaram fracassados;

**f) Item deserto:** Não houve;



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**g) Fase de Habilitação:** Atenderam os requisitos habilitatórios as empresas **SHIGEMOTO & CIA LTDA – EPP – CNPJ n. 28.787.127/0001-11, para o item 01 e a empresa LICERI Comércio de Produtos em Geral Ltda. – CNPJ n. 26.950.671/0001-07, para o item 03,**

**h) Recursos:** Não houve registro de intenção de recurso.

**13.** Observa-se que os prazos recursais se encontram vencidos pela preclusão temporal, em face do disposto no inciso XX do art. 4º da Lei nº 10.520/02, já que houve oportunidade e exercício de manifestação recursal contra os atos do Pregoeiro, **hipótese em que a lei autoriza a adjudicação do objeto licitado às vencedoras.**

**14.** É importante registrar que o procedimento licitatório foi marcado pela isonomia e probidade, tendo como norte a obtenção de preço mais vantajoso, bem como **transcorreu de forma regular**, estando os principais atos e ocorrências devidamente registrados na Ata da Sessão Pública ([0544538](#)).

**15.** Nessa linha de reflexão, evidencia-se que restaram atendidas as diretrizes da legislação correlata ao pregão e da Lei nº 8.666/93, não sendo observada qualquer irregularidade capaz de obstar a validade do procedimento licitatório, o que o torna legítimo e apto a produzir os efeitos legais necessários à formalização da contratação.

**16.** Desse modo, mesmo a licitação registrando itens fracassados, conclui-se que o procedimento transcorreu de **forma regular**.

**17.** Pois bem, os **itens 02 (filme polietileno) e 04 (lubrificante desengripante) restaram fracassados**, pois alguns dos valores das propostas apresentadas para ambos os itens superaram o estimado no certame, mesmo após negociação, e a maioria dos licitantes não apresentou o CTF- IBAMA. Desta forma, para resolução tem-se as seguintes opções: repetição do certame licitatório ou contratação direta por dispensa de licitação.

**18. Caso não haja prejuízo, em razão da demora, a Administração poderá pleitear a repetição do certame.** Nesse caso específico a unidade solicitante (SEALM) deverá se manifestar. Considerando as justificativas apresentadas pela unidade técnica solicitante da aquisição, **poderá** afigurar-se inviável a repetição do certame sem o risco de prejuízos, posto que a repetição não é vantajosa e que pode ocasionar nova frustração ou postergar ainda mais a aquisição pretendida, além de importar em antieconomicidade. **Assim, poderá opinar pela contratação**





## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**direta dos itens fracassados, com fundamento no art. 24, V, da Lei nº 8.666/93, que trata de licitações desertas.**

**19.** Dessa forma cabe verificar a possibilidade de contratação direta prevista no **inciso V do artigo 24 da Lei nº 8.666/93.**

**20.** A respeito da admissibilidade de aplicação da dispensa fundamentada no inciso V, do art. 24, da Lei nº 8.666/93, veja-se abaixo o posicionamento da Corte de Contas Nacional com relação a este tema:

Observa a Unidade Técnica que, de fato, o autor citado entende como desinteresse pela licitação os casos de não acudirem licitantes, ou todos serem desqualificados ou nenhuma proposta classificada como se lê na sua obra *Direito Administrativo Brasileiro*, Malheiros, 26ª ed., p.264. No entanto, observa que a doutrina diferencia licitação deserta de fracassada, no dizer de Zanella Di Pietro, em *Direito Administrativo*, Atlas, 14ª ed., p. 313 e em face da divergência doutrinária procurar arrimo na jurisprudência prevalecente desta Corte de Contas onde se busca o fundamento jurídico último, a ratio juris do inciso V do art. 24 da Lei nº 8.666/1993, que é obstar a ocorrência de algum prejuízo à Administração por conta da injustificada repetição de um procedimento licitatório, autorizando-se a contratação direta quando a licitação anteriormente realizada, por razões alheias à ação do Poder Público, não logra êxito. Mesmo assim, defende que essa alegada possibilidade de ocorrência de prejuízo à Administração por conta da repetição do certame, assim como a presumível eliminação daquele prejuízo com a imediata contratação direta, ou mesmo por que não se iniciou o procedimento licitatório anteriormente, deverá estar convincentemente demonstrada por parte do órgão desejoso de contratar, visto ser isso o que inequivocamente deflui do preceito legal em comento ao aludir à licitação que, justificadamente, não puder ser repetida sem prejuízo para a Administração. **Acórdão 551/2002 Segunda Câmara (Relatório do Ministro Relator).**

**21.** Nesse contexto, essa dispensa estaria, ainda, respaldada nos princípios do interesse público, da economicidade e da eficiência, pois se a Administração efetivar todas as tentativas para obter sucesso em sua licitação e, mesmo assim, esta não seja concretizada, o serviço público não pode ser prejudicado, sendo possível a aplicação da dispensa.

**22.** Ainda sobre o assunto, o ilustre professor Jacoby explana que, para a aplicação de dispensa de licitação capitulada no art. 24, V, da Lei nº 8.666/93, requer o atendimento de 05 (cinco) requisitos:

- a) ocorrência de licitação anterior;
- b) ausência de interessados;
- c) risco de prejuízo caracterizado ou demasiadamente aumentado pela demora decorrente de processo licitatório;
- d) inevitabilidade do prejuízo mediante contratação direta e;



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

e) manutenção das condições ofertadas no ato convocatório anterior.

**23.** Registra-se que todos os requisitos deverão ser devidamente preenchidos, cabendo à Administração observar. Ainda, deverão estar criteriosamente informados, de modo que se possa fundamentar a contratação direta.

**24.** Nesse sentido, escorado no entendimento ampliativo da Corte de Contas, **se assim entender a Administração**, há possibilidade jurídica de enquadrar a contratação pretendida sob o pálio do **art. 24, V, da Lei nº 8.666/93**, ressaltando que a Administração deverá validar a existência de eventual prejuízo na espera de novo certame. De toda forma, optando pela contratação direta, deverão ser observadas todas as condições estabelecidas no certame preambular, notadamente o preço estimado para a contratação, salvo justificativa. **A este respeito, Decisão TCU nº 103/1998 – Plenário e Acórdão TCU nº 2219/2010-Plenário.**

### **III - DA CONCLUSÃO**

**25. Ante o exposto**, e por tudo o que dos autos consta, esta Assessoria Jurídica opina pela **homologação do certame**, nos exatos contornos do Termo de Adjudicação ([0544539](#)), com fundamento no art. 4º, XXII, da Lei nº 10.520/02, nos moldes já especificados.

**26.** Ainda, deverá a Administração **justificar** a necessidade da contratação imediata ou se a repetição do certame poderá acarretar eventual prejuízo ao andamento dos serviços. De toda sorte, optando-se pela aquisição direta, deverão ser observadas **todas as condições estabelecidas na competição preambular**, notadamente o preço estimado para os serviços.

**27.** Por derradeiro, recomenda-se, novamente, que o Administrador investigue as causas pelas quais a disputa não logrou êxito com objetivo de apurar, por exemplo, falhas na elaboração do edital ou na especificação do objeto.

**28.** A respeito disso, se denota no certame que uma das situações que ensejou a recusa das propostas, além do valor acima do estimado, foi o fato das licitantes não apresentarem o Cadastro Técnico Federal - CTF – IBAMA, documento obrigatório para pessoas físicas e jurídicas que realizam atividades de extração, produção, transporte e





**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

comercialização de produtos potencialmente perigosos ao meio ambiente (Lei n. 6.939/1981), condição a ser reavaliada.

À consideração da autoridade competente.



Documento assinado eletronicamente por **MARISA LEONARDO DE ARAÚJO LIMA DA SILVA**, Assessor Jurídico da Diretoria Geral, em 12/06/2020, às 17:01, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

PROCESSO: 0000813-67.2020.6.22.8000

INTERESSADO: SEÇÃO DE ALMOXARIFADO (SEALM)

ASSUNTO: Aquisição de materiais de consumo. Homologação de Pregão Eletrônico n. 20/2020.

**DESPACHO Nº 866 / 2020 - PRES/DG/GABDG**

Trata-se de processo administrativo instaurado pela Seção de Almocharifado - SEALM, com o objetivo de efetuar eventual aquisição de **MATERIAIS DIVERSOS**, via Sistema de Registro de Preços, para suprir as necessidades ordinárias e eleitorais do estoque da Seção de Almocharifado deste Tribunal ([0512064](#)).

Vieram os autos a esta Diretoria-Geral, para análise final do processo licitatório, com vistas à sua homologação, oriundo do Pregão Eletrônico nº 20/2020 ([0534170](#)).

O Pregoeiro juntou aos autos a Ata do certame ([0544538](#)); o Resultado por Fornecedor ([0544541](#)); Relatório nº 40/2020 ([0544918](#)); Resultado de Licitação ([0544533](#)) e o comprovante de publicação do resultado ([0544914](#)).

Não houve pedido de esclarecimentos, impugnação ou intenção de recurso.

Os itens 02 (filme polietileno) e 04 (lubrificante desengripante) restaram fracassados, pois as propostas apresentadas superaram o valor estimado no certame ou ficaram abaixo do valor estimado, mesmo após negociação, e as licitantes não apresentaram CTF-IBAMA.



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Cumprida a fase de julgamento das propostas e habilitação, o Pregoeiro declarou vencedoras do certame as licitantes: LICERI COMERCIO DE PRODUTOS EM GERAL LTDA, CNPJ 26.950.671/0001-07, item 01 (Chave philips), valor R\$ 6.490,00 (seis mil quatrocentos e noventa reais) e SHIGEMOTO & CIA LTDA, CNPJ 28.787.127/0001-1, item 03 (cola bastão), valor R\$ 820,00 (oitocentos e vinte reais). Não havendo registro de intenção de recurso, o Pregoeiro adjudicou o objeto às vencedoras. Valor total do certame R\$ 7.310,00 (sete mil trezentos e dez reais).

Mediante o Parecer Jurídico nº 115/2020 ([0547039](#)), a Assessoria Jurídica opinou, em síntese, pela homologação do certame, nos exatos contornos do Termo de Adjudicação ([0544539](#)), com fundamento no art. 4º, XXII, da Lei nº 10.520/02 e pela possibilidade de a Administração, caso entenda necessário, optar pela contratação direta dos itens fracassados com base no art. 24, V, da Lei nº 8.666/93, ou realizar a repetição do certame, se não acarretar eventual prejuízo ao andamento dos serviços.

Analizados os documentos que compõem os autos e os fundamentos contidos na conclusão do parecer supracitado, constata-se que foram obedecidos os princípios e procedimentos das Leis n. 8.666/93 e n. 10.520/2002 e Decreto n. 10.024/2019, não sendo observada qualquer irregularidade capaz de obstar a validade do procedimento licitatório.

O procedimento transcorreu de forma regular, estando os principais atos e ocorrências devidamente registrados na Ata do Pregão Eletrônico ([0544538](#)).

Nesses termos, pela competência delegada pelo inciso V do art. 1º da Portaria GP n. 66/2018, esta diretoria-geral **HOMOLOGA O PREGÃO ELETRÔNICO TRE-RO n. 20/2020**, consoante Termo de Adjudicação ([0544539](#)).

Efetuada a homologação do Pregão no Sistema Comprasnet, à SLC para juntar o extrato de homologação nos presentes autos.

À SEALM para se manifestar sobre a contratação direta dos itens 02 e 04, com base no art. 24, V, da Lei nº 8.666/93, **demonstrando a existência de eventual prejuízo na espera de novo certame**, cadastramento dos itens específicos no Sistema COMPRASNET para recebimento de aviso de IRP de outros órgãos ou pela realização de novo certame para aquisição futura. De toda sorte, deve a unidade reavaliar a documentação obrigatória exigida, conforme sugerido pela Assessoria Jurídica no item 28 do parecer jurídico.



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Por fim, devolvam-se os autos à Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade - SAOFC, para continuidade dos procedimentos necessários à contratação.



Documento assinado eletronicamente por **LIA MARIA ARAÚJO LOPES, Diretora Geral**, em 15/06/2020, às 15:03, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

DJE - Diário da Justiça Eletrônico nº 1192020

Disponibilização: 19/06/2020

Publicação: 22/06/2020



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

AV. PRESIDENTE DUTRA, 1889 - Bairro BAIXA DA UNIÃO - CEP 76805901 - Porto Velho - RO - [www.tre-ro.jus.br](http://www.tre-ro.jus.br)

### **EXTRATO DE ATA REGISTRO PREÇOS**

Espécie: Extrato da Ata de Registro de Preços 24 e 25/2020, decorrente do Pregão Eletrônico 20/2020/TRE-RO. Processo SEI 0000813-67.2020.6.22.8000. ARP 24/2020. Adjudicatária: LICERI COMÉRCIO DE PRODUTOS EM GERAL LTDA. CNPJ: 26.950.671/0001-07. Objeto: I) Item 01 do Edital. Chave Philips 3/16 x 3'' (polegadas), fabricado em aço cromo vanádio, cabo polipropileno, ponta magnetizada/imantada. Marca: Tramontina. Unid. Quant. 1000. Valor Unitário R\$ 6,49. Valor total da ARP R\$ 6.490,00. ARP 25/2020. Adjudicatária: SHIGEMOTO & CIA. LTDA. CNPJ: 28.787.127/0001-11. Objeto: I) Item 03 do Edital. Cola, Composição silicone, aplicação pistola quente, com 11 mm de diâmetro e 30 cm de comprimento, transparente, tipo bastão, embalagem de 1kg. Marca: Rendicolla. Unid. KG. Quant. 20. Valor Unit. R\$ 41,00. Valor total da ARP R\$ 820,00. Valor Total das ARP's: R\$ 7.310,00. Vigência das ARP, 12 meses a contar da publicação no D.O.U. Assinada em 17/06/2020, por LIA MARIA ARAÚJO LOPES, Diretora Geral do TRE-RO, e pelos representantes das empresas, em datas variadas.



Documento assinado eletronicamente por **CARLOS ROBERTO CAVALCANTI DA SILVA, Técnico Judiciário**, em 19/06/2020, às 10:08, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.